



O PROEJA NO IFSP DIANTE DAS POLÍTICAS CURRICULARES PARA O ENSINO MÉDIO

PROEJA NO IFSP IN VIEW OF CURRICULAR POLICIES FOR HIGH SCHOOL

FERNANDES, Jarina Rodrigues¹
CORTI, Ana Paula²
SILVA, Michelle Chaves da³

RESUMO

O objetivo do presente artigo é apresentar um panorama de como os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) do Proeja do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), que integram a formação técnica de nível médio ao Ensino Médio, têm se relacionado com as políticas curriculares para o Ensino Médio no Brasil contemporâneo. Para tanto, foi realizada pesquisa de caráter documental, exploratório e descritivo dos PPCs dos referidos cursos, à luz das normativas da instituição e das políticas curriculares de cada período. Os resultados apontam para o movimento de resistência da instituição às políticas curriculares vigentes para o Ensino Médio, por meio de inserção nos PPCs de dispositivos curriculares, tais como projetos integradores e núcleos estruturantes, a fim de apoiar o desenvolvimento de currículos capazes de integrar efetivamente a educação profissional e a educação básica, em consonância com uma formação de qualidade social para as classes populares.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino Médio; Educação Profissional; Educação de Jovens e Adultos; Proeja; Políticas Curriculares.

ABSTRACT

The goal of this article is to present an overview about how the Pedagogical Projects of Courses (PPCs) of the Proeja in the Federal Institute of Education, Science and Technology of São Paulo (IFSP), which are part of technical training from high level to high school, have related to curricular policies for high school in contemporary Brazil. Therefore, a documental, exploratory and descriptive research was conducted of the PPCs of these courses, in the light of the institution's regulations and curricular policies of each period. The results point to the resistance movement of the institution to the current curricular policies for high school, through insertion in PPCs of curricular devices, such as integrative projects and structuring cores, in order to support the development of curricula capable of effectively integrating

¹ Professora da UFSCar. São Paulo, SP, Brasil. e-mail: jarina.fernandes@ufscar.br

² Professora do IFSP. São Paulo, SP, Brasil. e-mail: anapaulacorti@gmail.com

³ Pedagoga do IFSP. São Paulo, SP, Brasil. e-mail: michelle.ifsp@gmail.com



DOI: 10.12957/e-mosaicos.2019.46487

professional education and basic education, in line with a social quality training for the popular classes.

KEYWORDS: High school; Professional Education; Youth and Adult Education; Proeja; Curricular Policies.

INTRODUÇÃO

O debate curricular acompanhou o Ensino Médio ao longo de toda sua história. Sua tradição acadêmica e elitista como uma etapa preparatória para os exames do ensino superior e sua conformação como parte de um sistema de ensino dual vêm sendo denunciadas desde meados do século XX como um entrave para que o país avance rumo a um sistema de ensino moderno, configurado de acordo com as necessidades de uma sociedade dinâmica de classes. O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na modalidade de Educação de Jovens e adultos (Proeja) encontra-se umbilicalmente comprometido com esse espaço de intensos debates e disputas.

Chama a atenção que o Proeja esteja vivendo um movimento de discreta expansão no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) desde 2016, em um cenário nacional completamente desfavorável a esta política educacional, que vem perdendo espaço no Ministério da Educação (MEC) desde 2011, com a criação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec (BRASIL, 2011) e mais recentemente, com a Reforma do Ensino Médio, consubstanciada na Lei 13.415/17.

O objetivo do presente artigo é apresentar um panorama de como os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) do Proeja IFSP, que integram a formação técnica de nível médio ao Ensino Médio, têm se relacionado com as recentes políticas e reformas curriculares.

Na primeira seção, situamos o marco referencial do estudo em torno do debate curricular sobre o Ensino Médio e o Proeja. Na segunda seção, apresentamos o percurso metodológico da pesquisa, seguido da análise dos documentos selecionados e das considerações finais.

O DEBATE CURRICULAR NO ENSINO MÉDIO E O PROEJA

As elites brasileiras tentaram implementar políticas educacionais, desde os anos 1940, que atualizavam a dualidade histórica do Ensino Médio, cujo fundamento implícito consistia na necessidade de proporcionar modelos distintos de educação aos indivíduos conforme sua classe social. Como afirma Mészáros:



[...] a questão crucial, sob o domínio do capital, é assegurar que cada indivíduo adote como suas próprias as metas de reprodução objetivamente possíveis do sistema. Em outras palavras, no sentido verdadeiramente amplo do termo educação trata-se de uma questão de "internalização" pelos indivíduos- [...] - da legitimidade que lhes foi atribuída na hierarquia social, juntamente com suas expectativas "adequadas" e as formas de condutas "certas", mais ou menos explicitamente estipuladas nesse terreno (MÉSZÁROS, 2008, p. 44).

A educação possui um papel ideológico importante na construção de subjetividades alinhadas com sua condição econômica objetiva, da qual derivam modos de pensar, gostos e projetos. A formação técnica seria o modelo de educação mais adequado para a maioria da população brasileira, por possibilitar a terminalidade nos estudos e enfatizar a preparação para o trabalho assalariado. A manutenção de um projeto de escolarização dual implicava manter mecanismos de contenção do acesso da classe trabalhadora à universidade, aspecto que marcou tanto a Reforma Gustavo Capanema quanto a Lei 5.692/71: a primeira criou segmentos de Ensino Médio técnico que impossibilitavam o acesso ao ensino superior, e a segunda, tornou compulsória a profissionalização no Ensino Médio. Entretanto, as tentativas governamentais não foram exitosas. Houve uma viva resistência por parte das classes médias ao ensino técnico e uma pressão pelo acesso ao tipo de Ensino Médio que possibilitava o acesso à universidade, ou seja, o Ensino Médio de formação acadêmica/geral (FRIGOTTO; RAMOS, 2017).

Ao longo da década de 1980, no âmbito das Conferências Brasileiras de Educação, a crítica à experiência pregressa com a Lei 5.692/71 e à dualidade do Ensino Médio foi tomando corpo e resultou em proposições que influenciaram a nova Lei de Diretrizes e Bases de 1996, tais como a noção de educação politécnica e de escola unitária. Ainda que a LDB de 1996 não tenha incorporado a proposição da escola unitária, ela definiu o Ensino Médio como parte da educação básica conferindo a esta etapa a característica de formação geral para todos. Entretanto, na contramão desse avanço, o governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso aprovou o Decreto 2.208/97 reeditando a dualidade entre ensino médio e ensino técnico no Brasil. Mais uma vez, o país se deparou com uma reforma educacional que segmentava diferentes modelos educacionais para indivíduos de distintas classes sociais.

A medida foi intensamente criticada por pesquisadores e entidades educacionais e sindicais que defendiam a integração entre Ensino Médio e ensino técnico, mas perpetuou-se até o final da gestão de FHC. Com a posse do presidente Lula, a pressão dos grupos críticos possibilitou a edição do Decreto 5.154/2004 que reverteu, em parte, a separação entre Ensino Médio e ensino técnico. Mais do que isso, a Lei 11.892/2008 que criou os Institutos Federais, a partir dos antigos Cefets,



estabeleceu que 50% das vagas destas instituições deveriam ser voltadas ao ensino técnico, preferencialmente na forma integrada ao Ensino Médio.

Notamos, portanto, a existência de duas orientações diferentes quanto aos modelos de Ensino Médio: uma comprometida com a segmentação conforme a classe social, e outra comprometida (com muitas tensões e contradições internas) com a integração entre formação técnica e formação geral, que possibilitem, inclusive, o acesso à universidade. No caso dos Institutos Federais, esta concepção de Ensino Médio integrado ao ensino técnico foi estendida à modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), com a criação do Proeja, por meio do Decreto nº 5.478/2005 (BRASIL, 2005).

A criação do Proeja foi um avanço, dado que a dualidade estrutural do Ensino Médio atinge a Educação de Jovens e Adultos de forma ainda mais intensa, por ser uma modalidade voltada à classe trabalhadora mais empobrecida, que não teve acesso à escola durante a infância. A dimensão classista da oferta escolar pelo Estado fica fartamente evidenciada pelas condições desvantajosas das escolas voltadas aos jovens e adultos de baixa escolaridade, como a escassez de escolas próprias, de materiais, de professores e de estratégias pedagógicas específicas, bem como pelo subfinanciamento. Desse modo, a presença do Programa nos Institutos Federais, instituições com financiamento adequado, salário e carreira docente atrativa tem sido sinal da busca por um projeto inclusivo de educação, pois visa ofertar uma educação integrada, de qualidade, a segmentos sociais mais empobrecidos e em desvantagem educacional. Trata-se, portanto, de um contraponto, ao contexto educacional mais amplo do Ensino Médio, impactado pela Reforma neoliberal consubstanciada na Lei 13.415/17.

A Lei 13.415/17, que estabeleceu a Reforma do Ensino Médio, foi de certo modo precedida por um Projeto de Lei que vinha sendo discutido desde 2013 na Câmara dos Deputados⁴. Trata-se de uma Reforma ampla que abrange diversos aspectos da política educacional e propõe mudança em diversas legislações e, como já anunciado, neste artigo vamos nos concentrar nos aspectos curriculares. Nesse aspecto, a principal mudança trazida pela Lei 13.415/17 traz foi o fim do currículo geral de formação básica para todos, e a criação de um currículo segmentado entre uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e cinco itinerários formativos. A BNCC, ao se pautar em 1.800 horas de carga horária, diferentemente do currículo vigente até então, não assegura a existência das disciplinas escolares, com exceção de Língua Portuguesa, Matemática e Língua Inglesa. Esta base, que não pode exceder a carga horária mencionada, será complementada por uma parte diversificada do currículo, formada por itinerários formativos, a serem oferecidos, segundo o art. 36, a partir de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e as possibilidades do sistema de ensino. São eles: I- Linguagens e suas

⁴ Para compreender as conexões, semelhanças e diferenças entre o PL 6.840/13 e a Lei 13.415/17 ver CORTI (2019).



tecnologias; II- Matemática e suas tecnologias; III- Ciências da natureza e suas tecnologias; IV- Ciências humanas e sociais aplicadas; V- Formação técnica e profissional. É importante destacar que a referida lei prevê ainda a possibilidade de contratação de profissionais de notório saber como professores, ou seja, pessoas sem formação docente.

Na sequência, a Resolução 3 de 21/11/2018 modificou as Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio, regulamentando alguns pontos da Reforma. Foi definido que 20% da carga horária do Ensino Médio poderá ser ofertada à distância, preferencialmente nos itinerários formativos, mas também na Base Nacional Comum, percentual que pode ser aumentado para 30% no caso do ensino noturno. Enquanto a Lei 13.415/17 é totalmente omissa quanto à EJA, a Resolução 3 menciona a modalidade:

§ 4º Na modalidade de educação de jovens e adultos deve ser especificada uma organização curricular e metodológica diferenciada para os jovens e adultos, considerando as particularidades geracionais, preferencialmente integrada com a formação técnica e profissional, podendo ampliar seus tempos de organização escolar, com menor carga horária diária e anual, garantida a carga horária mínima da parte comum de 1.200 (um mil e duzentas) horas e observadas as diretrizes específicas.

§ 5º Na modalidade de educação de jovens e adultos é possível oferecer até 80% (oitenta por cento) de sua carga horária a distância, tanto na formação geral básica quanto nos itinerários formativos do currículo, desde que haja suporte tecnológico – digital ou não – e pedagógico apropriado.(BRASIL, art. 4-5, 2018).

Como podemos constatar pela leitura acima, o documento é ambíguo no que tange à EJA definindo, de um lado, que a modalidade seja ofertada preferencialmente na forma integrada à formação profissional, o que poderia sugerir a ampliação do Proeja, mas, de outro lado, autoriza que 80% da formação seja oferecida à distância, o que possibilita uma brutal diminuição da carga horária de ensino presencial, que descaracteriza os fundamentos teórico-metodológicos do ensino integrado e inviabiliza a implementação do modelo na prática.

PERCURSO METODOLÓGICO

Com o objetivo de apresentar um panorama dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) do Proeja do IFSP e sua relação com as políticas e reformas



DOI: 10.12957/e-mosaicos.2019.46487

curriculares para o Ensino Médio, foi realizada uma pesquisa de caráter documental, exploratório e descritivo (GIL, 2002).

O caráter documental diz respeito às fontes consultadas, documentos oficiais do IFSP que trazem deliberações que impactam a existência do Proeja na instituição; bem como os Projetos Políticos dos Cursos Técnicos de Nível Médio integrados ao Ensino Médio, na modalidade EJA. O caráter exploratório e descritivo diz respeito ao fato da pesquisa se ater a uma análise geral das características dos documentos, buscando relacioná-las às políticas e reformas curriculares relativas ao Ensino Médio no Brasil contemporâneo. Foram utilizados aportes da análise de conteúdo, considerando as etapas de leitura indicadas por Salvador (1986), tendo em vista a produção de uma síntese integradora, resultante da análise dos documentos.

A leitura de reconhecimento do material bibliográfico, seguida por leitura exploratória e seletiva (SALVADOR, 1986) dos documentos conduziu a lista disponibilizada no Quadro 1. Ainda que o objetivo seja a análise de como os PPCs têm *se relacionado com as políticas curriculares*, consideramos pertinente selecionar, além dos PPCs, os documentos normativos da instituição que impactam a oferta do Proeja.

Quadro 1: Documentos e PPCs Proeja Ensino Médio/IFSP

Identificação ⁵	Ano	Campus	Assunto
SRT-PPC	2006	Sertãozinho	Plano do Curso Técnico em Mecânica integrado ao Ensino Médio - Proeja
SPO-PPC	2009	São Paulo	Proposta de Currículo para Habilitação profissional de nível médio Técnico em Qualidade integrado ao Ensino Médio na modalidade EJA
PDI (2009-2013)	2009	Todos	Implementa o Plano de Desenvolvimento Institucional/IFSP para os anos de 2009-2013.
Comunicado nº 017 2013	2013	Todos	Orientação sobre os balizadores para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional/IFSP (2014-2018).
PDI (2014-2018)	2014	Todos	Implementa o Plano de Desenvolvimento Institucional/IFSP para os anos de 2014-2018.
Resolução nº 40/2015	2015	Todos	Apresenta diretrizes específicas para a implantação e implementação dos cursos Proeja do IFSP.
BRI-PPC	2016	Birigui	Projeto pedagógico de Curso Técnico em Comércio integrado ao Ensino Médio na modalidade de Educação de jovens e adultos – EJA
CPV-PPC	2016	Capivari	Projeto pedagógico do Curso Técnico em Administração integrado ao Ensino Médio -Proeja
Resolução nº 86	2017	Todos	Aprova alteração do artigo 44, na Resolução 40/2015
Resolução nº	2017	Todos	Aprova diretrizes para os Cursos Técnicos de Nível

⁵ Todos os campus do IFSP são identificados com siglas.



163			Médio na forma integrada ao Ensino Médio do IFSP
JND-PPC	2017	Jundiaí	Projeto pedagógico do Curso Técnico em Segurança do trabalho integrado ao Ensino Médio na modalidade EJA
MTO-PPC	2017	Matão	Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Logística Integrado ao Ensino Médio na Modalidade EJA
JCR-PPC	2018	Jacareí	Projeto pedagógico do Curso Técnico em Administração na forma integrada ao Ensino Médio na modalidade de EJA - Proeja
CAR-PPC	2018	Caraguatatuba	Projeto pedagógico do curso Técnico em Administração na forma integrada ao Ensino Médio na modalidade de EJA - Proeja
SMP-PPC	2018	São Miguel Paulista	Projeto pedagógico do curso Técnico em Comunicação Visual na forma integrada ao Ensino Médio na modalidade EJA
Instrução normativa nº 002	2019	Todos	Estabelece diretrizes para elaboração dos currículos de referência dos cursos de Educação Básica e Graduação do IFSP

Fonte: Organizado pelxs autorxs a partir de documentos públicos do IFSP

Após a seleção dos documentos, as etapas de leitura reflexiva/crítica e interpretativa (id. *ibid.*) permitiram a realização das análises dos PPCs apresentadas na próxima seção, à luz das normativas do IFSP e das políticas curriculares vigentes no Brasil contemporâneo.

Os PPCs DIANTE DAS POLÍTICAS CURRICULARES

A análise dos PPCs dos Cursos Técnicos integrados ao Ensino Médio, na modalidade Proeja do IFSP permitiu a sua categorização em três gerações: i) primeira geração (2007-2009): projetos pedagógicos criados logo após a promulgação do Proeja, nos quais não há menção de como o currículo integrado se efetivaria, embora a integração da educação profissional ao Ensino Médio fosse o grande foco da política curricular; ii) segunda geração (2016-2017): projetos pedagógicos com indicação do Projeto Integrador nas matrizes dos cursos, movimento marcado pela autonomia institucional em um cenário de tramitação e aprovação da Reforma do Ensino Médio e de tramitação da BNCC; iii) *terceira geração* (2018-atual): projetos pedagógicos que além de contemplar o *Projeto Integrador*, apresentam um *Núcleo Estruturante Articulador* voltado à integração curricular, no mesmo ano de aprovação da BNCC para o Ensino Médio.

Tal processo só pode ser compreendido à luz da trajetória histórica do IFSP, a qual por sua vez, está relacionada aos movimentos dos seus atores, diante das políticas curriculares empreendidas em cada período.



A PRIMEIRA GERAÇÃO DE PPCs (2006-2009)

Na primeira geração de PPCs de Cursos Proeja IFSP não encontramos menção de como o currículo integrado poderia se efetivar no curso, ainda que a integração da educação profissional ao Ensino Médio fosse o grande foco da política curricular no período (BRASIL, 2004). Ao buscarmos nos documentos termos como *integração*, *integrado*, *integrada*, percebemos que, quando aparecem, na maioria das vezes, se referem ao próprio nome do programa ou do curso. Chama a atenção, inclusive, no PPC mais antigo, o fato das ementas das disciplinas da formação geral constarem como um anexo ao documento. Tal constatação não significa que não tenha havido movimentos de currículo integrado nos cursos dessa primeira geração, sendo possível observar, inclusive, em pesquisa feita no período, diversos sinais, desafios e perspectivas do currículo integrado na instituição (FERNANDES, 2012). A constatação de ausência de menção ao currículo integrado nos PPCs dessa primeira geração pode evidenciar o caráter desafiador desse modelo e a ausência de discussão institucional naquele momento. Ainda que tenham sido produzidos em um momento áureo do Proeja no MEC, era um período conturbado com todas as novidades da implementação, bem como de importantes mudanças institucionais. Em 2008, o Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo (Cefet-SP) passava a Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFSP), assumindo um conjunto de novas responsabilidades, como instituição de educação superior, básica e profissional, sendo a EJA uma dessas ações específicas a serem desenvolvidas.

É importante considerar também que, assim como em toda a rede federal, no IFSP houve resistência inicial ao Proeja. A projeção de crescimento do Proeja com a indicação de 10% do total de vagas foi recebida com preocupação pelos que viam o crescimento da EJA na instituição como uma ameaça à sua reconhecida qualidade de ensino, e também por aqueles que estavam de acordo com o atendimento da Eja na rede federal, mas discordavam da sua criação por meio de decreto, pois considerar que isso feria a autonomia institucional (MOURA, 2005, 2008).

Nesse clima de tensão e urgência para a efetivação dos cursos, em atendimento ao Decreto nº 5.840/2006, a implantação dos primeiros cursos no IFSP foi resultado dos esforços de pequenos grupos formados por gestores e docentes. Naquele período, algumas áreas de ensino do antigo Cefet-SP, a saber, área da mecânica, em São Paulo e Sertãozinho, e área da informática, em Cubatão, de consolidada tradição na instituição, assumiram a estruturação dos projetos pedagógicos dos cursos. A questão do currículo integrado ainda não era discutida na instituição naquele primeiro momento.

A inserção da EJA no planejamento institucional, ocorreu apenas em 2009. Contudo, embora o planejamento do IFSP normatizasse que 10% do total das vagas seriam para o Proeja, pouco se avançou no período para o alcance dessa meta. Sua



oferta permaneceu centralizada nos três *campi* iniciais, nos formatos de Proeja e Proeja FIC, sem que houvesse a abertura de novos cursos e ampliação das vagas⁶.

Essa forma de organização dos cursos no IFSP vai se expressar no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) de 2009-2013, no qual foram designados três *campi* responsáveis por consolidar os percentuais de 10%, em conjunto com Cubatão, Sertãozinho e São Paulo. Ao considerar as vagas totais ofertadas no IFSP, cerca de 35.000 vagas entre os anos de 2010 a 2013, fica claro que o quantitativo de vagas dificilmente levaria ao cumprimento dos 10% preconizado pelo Decreto 5.840/2006.

A SEGUNDA GERAÇÃO DE PPCs (2016-2017)

Os PPCs da segunda geração têm em comum a presença do *Projeto Integrador* nas matrizes dos cursos, movimento marcado pela autonomia institucional, em um cenário de tramitação e aprovação da Reforma do Ensino Médio e de tramitação da BNCC.

Esta segunda geração foi fruto do processo de construção coletiva do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2014-2018. O referido PDI retomou a categoria trabalho como princípio educativo, colocando-a como parâmetro para a elaboração dos projetos de cursos e apresentou um longo debate sobre os pressupostos teóricos e metodológicos da educação integrada (IFSP, 2014). A partir das diretrizes do PDI foram promulgadas as Resoluções 86/2017 e 163/2017, respectivamente voltadas a balizadores para oferta de vagas e diretrizes específicas para a implantação e implementação dos cursos integrados.

É interessante observar que cada um dos quatro PPCs dessa segunda geração trazem conformações peculiares para a realização do Projeto Integrador. O PPC do Curso Integrado Técnico em Comércio, na modalidade EJA de Birigui, estrutura o projeto integrador em dois semestres, por meio de aulas interdisciplinares, lançariam as situações-problema de organização de organograma, plano de *marketing*, plano de custeio, de vendas, dentre outros elementos estruturais de uma empresa (BIR, 2016). Já o PPC do Curso Técnico Integrado em Administração, na modalidade Eja de Capivari, estrutura o projeto integrador em três semestres, com a possibilidade que se estruture em torno de um dos eixos temáticos do curso, cabendo aos estudantes a formulação de um pré-projeto, a coleta e relato de dados experimentais e apresentação do projeto interdisciplinar desenvolvido (CPV-PPC, 2016). Já o PPC

⁶ É importante destacar que a política praticada institucionalmente, no tocante à oferta de vagas e distribuição das modalidades de ensino nos diversos *campi* do IFSP, para atender aos balizadores da Lei n. 11.892/2008, e também ao Decreto n. 5.840/2006, não teve como prioridade a oferta dos cursos técnicos integrados, sendo privilegiada na expansão dos *campi*, a oferta de cursos técnicos de nível médio na forma articulada concomitante e subsequente. Como resultado, Souza (2013) mostra que, em 2008, apenas quatro *campi* ofertavam o curso técnico integrado e nenhum desses *campi* novos, criados a partir de 2008, ofertavam a EJA.



do Curso Técnico Integrado em Segurança do Trabalho, na modalidade EJA de Matão, estrutura o projeto integrador em três semestres, nos quais os estudantes teriam uma preparação para o desenvolvimento de projetos de segurança no trabalho, alimentados por visitas técnicas (MTO-PPC, 2017). Por fim, o PPC do Curso Técnico Integrado em Administração, na modalidade EJA de Jundiá estrutura o projeto integrador em três semestres, compreendido como espaço de ensino e aprendizagem que articula ações de pesquisa e extensão, culminando em uma produção acadêmica e técnico-científica (JND-PPC, 2017). Um ponto em comum na estruturação dos projetos integradores é o fato de elencarem disciplinas do curso que seriam acionadas mais diretamente para o seu desenvolvimento, bem como conteúdos mínimos de referência.

Considerando que os PPCs dessa segunda geração foram criados em um cenário de tramitação e aprovação da Reforma do Ensino Médio e da BNCC, chama a atenção o fato de se ancorarem na autonomia institucional, tal como explicitado a seguir:

Considerando a autonomia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo conforme Lei nº 11.892 de 2008, o Currículo dos Cursos Integrados ofertados no IFSP atenderá as seguintes proposições:

- a) Os conteúdos curriculares da formação geral serão tratados nos componentes curriculares da Base Nacional Comum Curricular no contexto do trabalho, como meio de produção de bens, serviços e conhecimentos;
- b) Os conteúdos curriculares de preparação básica para o trabalho serão parte integrante do currículo do Ensino de nível médio de forma a permitir uma habilitação profissional (CPV-PPC, 2016, p. 38; JND-PPC, 2017, p. 31-32).

Em meio à efervescência das discussões realizadas no IFSP para elaboração das políticas para a educação básica, em especial os currículos integrados, no Congresso Nacional, eram retomadas as discussões referentes à reforma do Ensino Médio, por meio do PL 6.840/2013. A iminência de aprovação da Lei n. 13.415/2007 ensejou o debate e a reflexão pelo Fórum de Dirigentes de Ensino (FDE) e do Conselho Nacional das Instituições Federais (CONIF), sobre a necessidade de elaboração de documentos e diretrizes que pudessem fomentar uma agenda para o fortalecimento dos cursos técnicos integrados ofertados pela Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT). Resultou desse processo a elaboração de três documentos, produzidos entre 2016 e 2018: i) Documento Base para a promoção da formação integral, fortalecimento do Ensino Médio integrado e implementação do currículo integrado no âmbito das instituições da RFEPCT; ii)



Agenda de Fortalecimento do Ensino Médio Integrado; iii) Diretrizes Indutoras para a oferta de cursos técnicos integrados ao Ensino Médio. Além das duras críticas à Lei n. 13.415/2017, no que se refere ao aligeiramento e à fragmentação na formação do estudante do Ensino Médio, os documentos ressaltam a prioridade dos cursos técnicos integrados na RFEPCT, bem como a autonomia da Rede. O IFSP, por meio da Diretoria de Educação Básica (DEB), atento às discussões nacionais, também se organizou internamente para formular uma proposta institucional, com diretrizes para os cursos integrados.

Esse processo resultou na constituição de uma Comissão Central que tinha como objetivo acompanhar três ações relacionadas ao Ensino Médio: i) as discussões relativas à Base Nacional Comum Curricular; ii) o substitutivo ao Projeto de Lei n. 6840/2013 e iii) as diretrizes para os cursos técnicos de nível médio na forma integrada do IFSP. Formada por docentes e técnicos-administrativos, a Comissão, por meio de reuniões periódicas e, em conjunto com a Pró-Reitoria de Ensino, tinha como incumbência organizar espaços de debate nos *campi* do IFSP. Desse processo, resultaram duas ações importantes: i) carta ao CONIF e ii) Resolução 163/2017. A primeira delas, diz respeito ao posicionamento contrário à reforma do Ensino Médio, e a segunda, propõe diretrizes para os Cursos Técnicos de Nível Médio na forma Integrada ao Ensino Médio (Resolução 163/2017). A Resolução 163/2017 traz como perspectiva a garantia de espaços para a efetivação da integração curricular, por meio da criação dos Núcleos Estruturantes Comum, Articulador e Tecnológico, a manutenção das cargas horárias e dos componentes curriculares ofertados nos cursos, em contraste com o processo de aligeiramento do Ensino Médio propalado pela atual Reforma.

TERCEIRA GERAÇÃO DE PPCs (2018-ATUAL)

A terceira geração de PPCs contempla a presença do Projeto Integrador e vai além, incluindo os Núcleos Estruturantes Comum, Articulador e Tecnológico, em atendimento à Resolução 163/2017. O núcleo articulador prevê um conjunto de componentes curriculares obrigatórios relativos tanto às áreas de Formação Geral quanto às de Formação profissional, que se constituam como "elementos expressivos para a integração curricular" e que atuem como "alicerce, mas não como única possibilidade, das práticas interdisciplinares" (JCR-PPC, 2018, p.23; CAR-PPC, 2018, p.28; SMG-PPC, 2018, p.52).

Nessa perspectiva, na gênese de cada um dos cursos dessa terceira geração, foram escolhidos componentes curriculares articuladores. No Curso Técnico em Administração integrado ao Ensino Médio, na modalidade Eja de Caraguatatuba, para compor o Núcleo Estruturante Articulador foram escolhidos: Filosofia e Ética, Matemática e Finanças Empresariais, Economia e Responsabilidade Socioambiental e o Projeto de Formação Empresarial, projeto integrador presente nos seis semestres



do curso. Já o PPC do Curso Integrado em Logística, na modalidade Eja de Jacareí, indica seis componentes em seu Núcleo Estruturante Articulador: Sociologia; Projeto Integrador I; Arte; Projeto Integrador II; Geografia; Projeto Integrador III. É interessante perceber que se em um determinado momento do curso, a Sociologia pode atuar como componente curricular articulador, a Arte por exemplo, será componente articulador em um outro momento, desse modo, é previsto um revezamento dos componentes articuladores. Por fim, o Curso Técnico Integrado em Comunicação Visual, na modalidade EJA de São Miguel Paulista, traz em seu Núcleo Estruturante Articulador os componentes: Fundamentos da Comunicação Visual, História do Design Gráfico, Informática Básica, Inglês para Fins Específicos, Mídia e Sociedade, Projeto Integrador e Redação Publicitária. Uma das questões que chama a atenção no SMP-PPC (2018) é o destaque dado às atividades de laboratório multidisciplinar, sendo o "laboratório entendido como espaço de reflexão prática que não se limita a experimentos de ordem reprodutivista, mas sim de argumentação, debate e avaliação do conhecimento produzido ou reelaborado" (SMG-PPC, 2018, p.50)", aspecto caro ao currículo integrado, considerando a indissociabilidade entre teoria e prática.

O que se percebe ao analisar os PPCs dos cursos da terceira geração é que a integração curricular não fica mais restrita à disciplina Projeto Integrador mas passa a ser pensada a partir de componentes especialmente pensados para integrar conhecimentos em cada semestre do curso.

Todo esse processo, alimentado por momentos de encontro dos professores e servidores técnico-administrativos de cada campus e da Reitoria, tanto na sede do IFSP quanto dos diversos campi continua em curso nesse momento, em torno da construção de currículos de referência para todos os cursos de Educação Básica e de Graduação do IFSP movidos pela Instrução normativa nº 002/2019, de modo a respaldar e consolidar a opção pelo currículo integrado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos sugerindo ao longo deste artigo, com base na literatura sobre a dualidade histórica da educação brasileira, que as políticas de Ensino Médio costumam alternar entre a defesa (ainda que não explícita) da dualidade, como traço característico de uma educação classista, com a oferta de diferentes modelos de formação conforme a classe social dos indivíduos, e outra vertente representada por amplos setores intelectuais, pesquisadores, profissionais da educação e sociedade civil organizada, que defende a superação da dualidade com a criação de um ensino integrado, que articule formação geral e profissional tendo em vista a formação integral dos indivíduos, independente de sua classe social, e tendo como horizonte a superação da sociedade de classes.



O modelo do Proeja representa esta última vertente e foi resultado de um processo histórico longo, permeado por pesquisas, produção de conhecimento e organização da sociedade civil para a criação de um Ensino Médio com uma perspectiva formativa integral e de qualidade para as classes populares.

No contexto do IFSP, o período 2014 a 2019, apesar das dificuldades, que não foram poucas, houve um avanço no reposicionamento da modalidade Eja. Algumas decisões tomadas em âmbito local tensionaram para que o atendimento da modalidade Eja ganhasse impulso. Contraditoriamente, tal impulso ocorreu em um momento de menor expressividade nacional do Proeja, inclusive com sérios riscos de encerramento do Programa. Essa contradição é significativa pois quando o Proeja se constituía apenas em decreto a ser cumprido, havia apenas o envolvimento de setores protagonistas do IFSP, por meio de adesões isoladas. Contudo, à medida em que o Proeja tem sido incorporado nas discussões institucionais referentes aos demais cursos integrados, a modalidade EJA tem ganhado mais força. Isso corrobora com a reflexão tantas vezes repetida na necessidade de políticas perenes, que permitam o amadurecimento das propostas.

A Lei 13.415/17 consiste na versão atualizada de um projeto antigo das elites brasileiras que defende não só a dualidade nos sistemas de ensino públicos, mas o empobrecimento curricular tanto da formação geral quanto da formação técnica, a desregulamentação da oferta educacional pelo Estado. Uma das principais tendências desse novo modelo criado será o aprofundamento das desigualdades educacionais. O movimento do Proeja no IFSP tem sido um importante contraponto a essa tendência, e revela a importância da autonomia institucional para a elaboração dos currículos, bem como do tempo para o acúmulo de massa crítica a partir das práticas implementadas, sobretudo quando se trata de políticas curriculares inovadoras, como é o caso dos cursos integrados.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Lei nº 13.415*, de 16 de fevereiro de 2017.

_____. *Lei 11. 892*, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília (DF): 2008a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm . Acesso em 20 julho 2019.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. *Resolução 3* de 21 de novembro de 2018. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=102481-rceb003-18&category_slug=novembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em 27 de outubro de 2019.



DOI: 10.12957/e-mosaicos.2019.46487

_____. *Decreto 5.478* de 24 de junho de 2005.

_____. *Decreto n. 5.154*, de 23 de julho de 2004. Brasília: Presidência da República, 2004.

_____. *Decreto 2.208* de 17 de abril de 1997.

CORTI, Ana Paula. Política e significantes vazios: uma análise da Reforma do Ensino Médio de 2017. *Educ. rev.*, Belo Horizonte, v. 35, e201060, 2019. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982019000100425&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 23 dez. 2019.

FERNANDES, Jarina Rodrigues. *A integração das tecnologias da informação e comunicação no PROEJA*. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação Educação: Currículo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2012.

FRIGOTTO, G. RAMOS, M. N. Resistir é preciso, fazer não é preciso: as contrarreformas do Ensino Médio no Brasil. *Cadernos de Pesquisa em Educação*, PPGE/UFES Vitória, ES. a. 14, v. 19, n. 46, p. 26-47, jul/dez 2017.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 2008.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. *Plano de Desenvolvimento Institucional-PDI exercício 2009-2013*. Disponível em: <http://www2.ifsp.edu.br/index.php/instituicao/comissoes/pdi-2013.html>. Acesso em: 01 abr. 2018.

_____. *Comunicado Reitoria IFSP n. 017*, de 23 de setembro de 2013d. Dispõe sobre os balizadores para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional/IFSP (2014-2018). Disponível em: <http://www2.ifsp.edu.br/index.php/arquivos/category/50comunicados.html>. Acesso em: 31 mar. 2018.

_____. *Plano de Desenvolvimento Institucional-PDI exercício 2014-2018*. 2014b. Disponível em: <https://www.ifsp.edu.br/cursos/85-assuntos/desenvolvimento institucional/176-pdi?showall=&start=1>. Acesso em: 01 abr. 2018.

_____. *Resolução n. 40*, de 02 de junho de 2015b. Aprova diretrizes para os cursos do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos-PROEJA no Instituto Federal



DOI: 10.12957/e-mosaicos.2019.46487

de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo-IFSP. Disponível em:
<http://www2.ifsp.edu.br/index.php/arquivos/category/505-resolucoes2015.html?start=100>. Acesso em 31 mar. 2018.

_____. *Resolução n.86, de 05 de setembro de 2017a*. Aprova a alteração do artigo 44 da Resolução n. 40/2015. Disponível em:
https://www.ifsp.edu.br/images/reitoria/Resolucoes/resolucoes2017/Resoluo_86_2017_Aprova-Alterao-no-art.-44-da-Res.-40-de-2015-Proeja-FIC_05_09_2017.pdf .
Acesso em: 19 jul. 2017.

_____. *Instrução Normativa 002 de 14 de maio de 2019*. Estabelece diretrizes para a elaboração dos Currículos de Referência dos cursos da Educação Básica e de Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. Disponível em:
https://pre.ifsp.edu.br/index.php?option=com_weblinks&view=category&id=164&Itemid=549. Acesso em 27 jul.2019.

MÉSZÁROS, I. *Educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2008.

MOURA, D. H. Algumas considerações críticas ao Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos- Proeja. In: II Colóquio Internacional Políticas e práticas curriculares: impasses, tendências e perspectivas. *Anais*. João Pessoa-PB, 2005.

_____. A implantação do Proeja no Cefet-RN: avanços e retrocessos. Artigo para estudo no Curso de Especialização em Proeja. Natal, out. 2008. Disponível em:
www.2.ifrn.edu.br. Acesso em 20 de agosto de 2011.

SALVADOR, A. D. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Bibliográfica*. Porto Alegre: Sulina, 1986.

SOUZA, L. B. *Reforma e expansão da educação profissional técnica de nível médio nos anos 2000*. 2013. 221f. Dissertação. (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

PROJETOS PEDAGÓGICOS DE CURSO (PPCs)

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE SÃO PAULO. Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Mecânica. Uned Sertãozinho, 2006.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. Plano de Curso Proeja-Ensino Médio. Qualificação Profissional: Informática Básica.



DOI: 10.12957/e-mosaicos.2019.46487

Campus Cubatão, 2007.

_____. Proposta de Currículo para Habilitação profissional de nível médio Técnico em Qualidade integrado ao Ensino Médio na modalidade EJA. Campus São Paulo, 2009.

_____. Projeto pedagógico de Curso Técnico em Comércio integrado ao Ensino Médio na modalidade de Educação de jovens e adultos – EJA. Campus Birigui, 2016.

_____. Projeto pedagógico do Curso Técnico em Administração integrado ao Ensino Médio-Proeja. Campus Capivari, 2016.

_____. Projeto pedagógico do Curso Técnico em Segurança do trabalho integrado ao Ensino Médio na modalidade EJA. Campus Jundiaí, 2017.

_____. Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Logística Integrado ao Ensino Médio na Modalidade EJA. Campus Matão, 2017.

_____. Projeto pedagógico do Curso Técnico em Administração na forma integrada ao Ensino Médio na modalidade de EJA - Proeja. Campus Jacareí, 2018.

_____. Projeto pedagógico do curso Técnico em Administração na forma integrada ao Ensino Médio na modalidade de EJA - Proeja. Campus Caraguatatuba, 2018.

_____. Projeto pedagógico do curso Técnico em Comunicação Visual na forma integrada ao Ensino Médio na modalidade EJA. Campus São Miguel Paulista, 2018.

Recebido em 05 de novembro de 2019

Aceito em 11 de dezembro 2019



A e-Mosaicos Revista Multidisciplinar de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAp-UERJ) está licenciada com uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).

Os direitos autorais de todos os trabalhos publicados na revista pertencem ao(s) seu(s) autor(es) e coautor(es), com o direito de primeira publicação cedido à e-Mosaicos.

Os artigos publicados são de acesso público, de uso gratuito, com atribuição de autoria obrigatória, para aplicações de finalidade educacional e não-comercial, de acordo com o modelo de licenciamento Creative Commons adotado pela revista.